



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE LETRAS

Larissa Regina Guimarães Rodrigues

**A SOCIOLINGUÍSTICA E O ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS**

BRASÍLIA
2013

Larissa Regina Guimarães Rodrigues

**A SOCIOLINGUÍSTICA E O ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES – do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB -, tendo como orientador o Prof. MSc. Paulo Medeiros Junior.

BRASÍLIA
2013

Larissa Regina Guimarães Rodrigues

**A SOCIOLINGUÍSTICA E O ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES – do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB -, tendo como orientador o Prof. MSc. Paulo Medeiros Junior.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador MSc. Paulo Medeiros Junior (UniCEUB)

Examinador (a)

Examinador (a)

**À minha querida e dedicada mãe e ao meu amado
filho Enzo, que são a razão do meu viver.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por ter me agraciado com o dom da vida e por me conceder o valioso privilegio de estar me aperfeiçoando cada dia mais em minha vida acadêmica, por ter me dado forças e não ter me deixado desistir nos momentos de fraqueza.

À minha preciosa e querida mãe, que está sempre presente em todos os momentos da minha vida, que teve paciência e compreensão nos momentos mais “tensos” deste percurso da minha longa caminhada.

Ao meu querido pai Edmilson (in memorian), que já não se faz mais presente entre nós, mas que com certeza está me guiando e me dando força de onde ele estiver.

Ao meu amado filho Enzo, que mesmo sendo tão pequeno foi capaz de compreender os momentos da minha ausência, e assim mesmo não deixou de demonstrar seu amor por mim.

Ao meu companheiro Luis, que por diversos momentos soube ser paciente e me ajudar no que estava ao seu alcance para que passássemos juntos essa fase da minha vida.

Agradeço à minha querida irmã Elizabete, que me proporcionou o início desta jornada, sempre me incentivando e me apoiando.

Ao meu querido professor e orientador Paulo Medeiros Júnior, que me orientou com sabedoria e paciência, que soube me guiar em todos os passos para que a presente pesquisa se tornasse realidade.

À professora Cátia Martins, que foi sempre atenciosa e disposta a me ajudar no que era preciso.

Aos meus queridos amigos: Cynthia Leal, Igor Barbosa e Regina Alves, que estiveram comigo durante toda a caminhada neste percurso acadêmico, no qual enfrentamos juntos momentos de tristeza, adversidades, dificuldades mas também de muitas alegrias.

O meu “muito obrigada” a todos que se fizeram e fazem presentes em minha vida.

“A língua é um organismo vivo que varia conforme o contexto e vai muito além de uma coleção de regras e normas de como falar e escrever”. (Ataliba T. de Castilho)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa se debruça sobre a questão de como o professor de língua portuguesa lida com a diversidade linguística em sala de aula. A proposta foi investigar inicialmente se o professor trabalha com questões de variação em sala, tentando compreender como ele mesmo (docente) se posiciona em face de como seus alunos utilizam a língua em suas muitas possibilidades de realização. O trabalho, de cunho qualitativo, foi desenvolvido inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica, com a finalidade de compor o arcabouço teórico que serviu de pano de fundo para a pesquisa. Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo constituída da observação de aulas em escolas públicas e particulares e da coleta de dados por meio da aplicação de questionários e de entrevistas, cujo objetivo foi o de investigar a contribuição dos pressupostos teóricos da Sociolinguística nas aulas de Língua Portuguesa. Avaliou-se especificamente as terceiras séries do ensino médio. Para a constituição da análise, considerou-se principalmente Bortoni-Ricardo (2004); Scherre (2005); Bagno (2009); e Castilho (2010). Trata-se de pesquisa de base etnográfica, de metodologia essencialmente qualitativa e interpretativa. O estudo revelou que a grande maioria dos alunos não tem acesso à reflexão sobre os pressupostos da sociolinguística no cotidiano escolar e muitos deles se sentem discriminados pela maneira como usam a língua, principalmente em sala de aula. As conclusões finais foram que, como se imaginava de início, os professores – apesar de terem recebido formação sobre a questão – não agem de modo a avaliar a variação como realidade e discriminam os usos da língua que representam um desvio daquilo que se chama norma padrão.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Padrão. Variação. Ensino Médio. Sociolinguística. Língua Portuguesa. Língua Materna.

ABSTRACT

This research focuses on the question of how Portuguese teachers deal with linguistic diversity in classroom. The proposal was initially to investigate if the teacher works with issues of language variation in the classroom, trying to understand how he or she (the teacher) stands in the face of how their students use the language in its many possibilities of achievement. The work, a qualitative research, was developed initially by means of literature, in order to compose the theoretical framework that served as the backdrop for the research. In addition, we carried out a field survey consisting of classroom observation in public and private schools and gathering data through questionnaires and interviews, which aimed to investigate the contribution of theoretical Sociolinguistics points on Portuguese Language classes. The research reviewed specifically the reality of the third year of high school. For the constitution of the analysis, we have evaluated mainly Bortoni-Ricardo (2004); Scherre (2005) Bagno (2009) and Castilho (2010). The whole work is based on ethnographic research, a methodology which is essentially qualitative and interpretive. The study revealed that the vast majority of students do not have access to any kind of reflection on the assumptions of sociolinguistics throughout school life and many of them feel discriminated against by the way they use the language, especially in classroom environment. The final conclusions attested that, just as initially supposed, teachers – despite having received specific instruction on the issue – do not act as to evaluate language variation as a reality and discriminate the uses of language that represent a deviation from what is called standard Portuguese.

KEY WORDS: Standard Language. Variation. High School. Sociolinguistics. Portuguese. Mother Tongue.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I | |
| Questões Gerais | |
| 1.1 Introdução | 13 |
| 1.2 Justificativa | 15 |
| 1.3 Problematização | 16 |
| 1.4 Objetivos | 17 |
| 1.4.1 Objetivo Geral | 17 |
| 1.4.2 Objetivos Específicos | 17 |
| 1.5 Fundamentação Teórica | 17 |
| 1.5.1 O Português Brasileiro | 17 |
| 1.5.2 Língua, Linguagem e Sociedade | 19 |
| 1.5.3 Os pressupostos teóricos da Sociolinguística | 20 |
| 1.5.4 A Sociolinguística no Ensino Médio | 22 |
| 1.5.5 Preconceito Linguístico | 26 |
| CAPÍTULO II | |
| Metodologia | 30 |
| 2.1 A pesquisa qualitativa | 30 |
| 2.1.1 Pesquisa etnográfica | 31 |
| 2.1.2 Pesquisa qualitativa etnográfica | 32 |
| 2.2 Etnografia em sala de aula | 33 |
| 2.3 O trabalho | 35 |
| 2.3.1 Levantamento bibliográfico | 35 |
| 2.3.2 Pesquisa de campo | 36 |
| 2.3.3 Coleta de dados | 37 |
| CAPÍTULO III | |
| O que o professor faz da língua nas aulas de Língua Portuguesa | 39 |
| 3.1 Os dados da pesquisa | 39 |
| 3.2 Hipóteses levantadas e conclusões com base nos dados | 44 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 50 |
| REFERÊNCIAS | 52 |

APRESENTAÇÃO

Todo indivíduo nasce com uma capacidade específica, inerente à espécie, de se comunicar por meio de uma língua natural. Se isso é verdade, a questão da linguagem precisa ser entendida como uma capacidade individual que, desde que não haja qualquer impedimento fisiológico, vai se desenvolver nos membros da espécie humana.

As línguas, entretanto, são construtos sociais e, como tais, se estabelecem e se organizam com base na interação. É devido ao uso da linguagem que os seres humanos interagem da maneira que interagem, mas é devido à existência das línguas que grupos sociais podem ser identificados como contendo uma unidade, que é dada a eles por meio da identidade linguística.

Seria então possível, com base na ideia da identidade e da unidade ser obtida por meio da língua, pensar em uma homogeneidade de um sistema de códigos que é compartilhado por uma sociedade? Parece que não. Se a língua é social e se é compartilhada por indivíduos dotados das mais diversas características e origens, é mais lógico imaginar que todas essas diferenças que marcam os indivíduos também se manifestem em termos de como eles usam a língua materna.

A aceitação de que uma língua não é um composto homogêneo, mas que pode variar dependendo não só de quem a usa, mas das circunstâncias em que ela é utilizada e das finalidades com que os falantes a empregam, é certamente necessária para que essa mesma língua seja compreendida em sua totalidade, não apenas com base em sua estrutura, mas principalmente com base em seu uso. É a partir desse tipo de ideia que se estruturou um ramo dos estudos da linguagem que aprecia a língua com base em seu potencial de variação: a Sociolinguística.

A presente pesquisa surgiu com o intuito de agregar mais algumas questões a essa visão de língua. Este trabalho visa discutir questões como língua, variação, preconceito linguístico e ensino de língua, numa perspectiva, mais analítica. Para isso, foi construído aqui um trabalho híbrido elaborado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa em campo, com o objetivo de investigar, em mais uma instância de análise, como se dá a relação professor

de língua portuguesa – língua portuguesa – aluno, no ambiente de sala de aula.

Não é pretensão deste trabalho esgotar o tópico, uma vez que se entende que ele se mostre altamente controverso, mesmo que já muito discutido. O intuito original é avaliar em que medida ainda se encontram situações de prescrição e discriminação quanto ao uso da língua, mesmo em face das muitas discussões e dos inúmeros estudos que têm sido trazidos a público sobre a questão. E pretende-se avaliar isso especialmente na relação professor-aluno.

A seguir, as partes que vão trazer as discussões, reflexão e análise de dados sobre a questão.

CAPÍTULO I

1.1 INTRODUÇÃO

A questão do ensino de língua materna tem sido centro de muitas discussões no fórum de debates sobre educação, principalmente porque gira em torno dessa questão toda a problemática que envolve as questões: o que fazer com a língua que o estudante traz de casa? Quais os caminhos para uma prática de ensino que vise a uma sistematização do conhecimento da norma padrão sem desvalorizar ou mesmo discriminar falares que não são compatíveis com essa variedade linguística? Não são poucos os trabalhos que têm procurado debater a questão, e este é mais um deles.

Entende-se que língua e sociedade sejam unidades integradas de maneira indissociável, sendo que a língua é o elemento que talvez desempenhe o papel mais fundamental nas relações entre os seres humanos. É por meio da língua que os membros da espécie se comunicam e, acima de tudo, mantêm suas diversas relações.

Se a língua é o canal que permite a interação entre os seres humanos desde a mais tenra idade, é imprescindível que o profissional de educação aonde a língua é seu objeto de trabalho entenda que os estudantes chegam à escola com considerável conhecimento da língua que utilizam. Eles são perfeitamente competentes ao usarem as estruturas dessa língua em situações comunicativas concretas e conhecem todas as regras que estruturam o funcionamento interno do idioma. Não é mais possível tentar dar suporte à ideia de que há no Brasil uma unidade linguística (obtida por meio da norma padrão) e que não pode existir qualquer tipo de valor em qualquer variedade de língua que represente um desvio do padrão. Esse tipo de ideia representa uma visão distorcida da realidade e pode resultar em ações absolutamente desastrosas de opressão ou de preconceito com os falantes, pelo fato de eles usarem essa ou aquela variedade de língua, que não seja a variante de prestígio.

Assim, é preciso olhar a questão de ensino de língua pelo viés de algum tipo de ciência que considere os desvios da norma padrão como possibilidades

de realização da língua que resultam em situações comunicativas efetivas entre os membros de uma sociedade. E essa ciência é a Sociolinguística.

A Sociolinguística é a ciência que estuda a língua em sua ligação com a sociedade, ela analisa a língua em seu corrente uso, como uma interação social. A presente pesquisa baseia-se na visão de que a nossa língua não é estática e por isso não deve ser tratada numa perspectiva prescritiva, cheia de regras, ou numa atitude que se baseie no preconceito a variedades diferentes daquilo que se toma como padrão, agindo-se como se a língua fosse uniforme.

De acordo com Labov (2008), a variação existe em todas as línguas naturais e humanas, é inerente ao sistema linguístico e ocorre tanto nas práticas orais como nas escritas. A Sociolinguística mostra em seus estudos uma maneira mais fácil de compreender a língua, utilizando como objeto de estudo as várias possibilidades de realização de um idioma, a fim de mostrar as diferenças e defender uma atitude de aceitação, contrária àquilo que se conhece como preconceito linguístico.

Este trabalho propõe avaliar, como muitos outros antes dele, a maneira como o professor da educação básica que trabalha com ensino de língua portuguesa lida com essas noções.

O trabalho está organizado da maneira que segue: nas seções seguintes do presente capítulo apresentam-se a justificativa do trabalho, os objetivos, os pressupostos teóricos, com o embasamento sobre o arcabouço da Sociolinguística e a importância da ciência e discussão de seus pressupostos para o “ensino” de língua materna.

No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia desenvolvida para a realização do trabalho com os passos percorridos, sendo uma primeira fase voltada ao desenvolvimento de pesquisa bibliográfica e uma outra de pesquisa de campo com coleta e análise de dados.

O terceiro capítulo traz a análise dos dados coletados em campo e as conclusões a que se chegou ao desenrolar da pesquisa.

1.2 JUSTIFICATIVA

Conforme se argumentou na seção anterior, não é mais possível conceber o trabalho com língua materna em sala de aula sem levar em consideração toda a discussão sobre variação linguística apresentada pelos muitos estudos sociolinguísticos que se constituíram até aqui.

É mais do que urgente que professores de língua portuguesa reflitam sobre essa questão, para que se possam corrigir as inúmeras e imensas distorções que implicam esse processo, resultado de um total desconhecimento e, por que não dizer, despreparo do profissional de educação que atua nessa área.

Apesar de já haver inúmeros trabalhos que discutem a questão, o presente estudo pode ser mais um, em 2013, que traga uma luz sobre como se encontram as ações em função de uma reorganização desse tipo de visão na prática docente.

Dentre os muitos trabalhos consultados e mencionados na bibliografia, entretanto, não se observou um só estudo (na área da Sociolinguística) desenvolvido em âmbito de centro-oeste do Brasil, que é onde se situam as escolas onde se desenvolveu a pesquisa que constituiu a base para a coleta de dados deste trabalho.

É importante que se faça um estudo das reais circunstâncias do ensino de língua materna na capital da nação, centro administrativo do país, porque – a partir daí – talvez seja possível traçar um panorama, ou pelo menos ter uma ideia de como a questão se encontra em localidades mais remotas do país.

Trabalhos que avaliem como a sociolinguística tem interferido (ou não) na prática dos docentes de língua portuguesa nas diversas regiões do país são sempre muito oportunos, ao se considerar que essa é definitivamente uma questão que precisa ser sempre debatida.

1.3 PROBLEMATIZAÇÃO

Como já mencionado anteriormente, é notória e já muito discutida entre estudiosos no ramo da Sociolinguística (Scherre; Bagno; Bortoni-Ricardo; Labov; entre outros) a maneira como alguns professores de língua portuguesa se portam em sala de aula frente a questões que envolvam as variações linguísticas entre seus alunos. Uma reflexão sobre essa questão se faz mais do que urgente, se considerarmos o que temos ouvido e lido em muitos dos estudos sobre o tema. É necessário discutir a maneira como um professor de língua portuguesa pode se portar e como deve direcionar as questões que revelam o preconceito linguístico em sala de aula, tanto em situações de produção oral quanto escrita.

O ensino de língua portuguesa está, na grande maioria das vezes, pautado apenas em regras que não valorizam o uso da língua nas diversas situações de comunicação, fazendo com que o ensino se torne algo mecânico e pouco significativo para a maioria dos alunos, a maioria dos professores tem focalizado apenas o ensino da gramática normativa.

Através da enorme diversidade linguística em nossa sociedade e por ser por meio dela que se agregam tantas opiniões distintas e às vezes preconceituosas é que se questiona o ensino da língua portuguesa no que se refere à língua materna, principalmente para os alunos do 3º ano do Ensino Médio, pois já estão prestes a cursar o ensino superior. Por meio de tal questionamento, convém salientar as seguintes questões de pesquisa:

1. Como os pressupostos teóricos da Sociolinguística contribuem com o trabalho do ensino de língua materna para alunos do 3º ano do Ensino Médio?
2. Como os alunos se portam frente à situações que envolvem o emprego das variantes da língua em sala de aula?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como objetivo geral identificar a contribuição dos pressupostos teóricos da Sociolinguística no ensino de língua portuguesa para alunos do 3º ano do Ensino Médio.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste trabalho são os seguintes:

1. Avaliar as contribuições Sociolinguísticas para o ensino de língua portuguesa em sala de aula.
2. Verificar como os alunos têm recebido a questão da variação linguística em sala de aula.

1.5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a estruturação do presente trabalho, aponta-se o arcabouço teórico da Sociolinguística, naquilo que tem de mais saliente: a questão da interação. Tomam-se como base alguns dos pressupostos da sociolinguística variacionista, mas o foco é a sociolinguística interacional, fato que poderá ser observado em grande parte do referencial teórico citado e das discussões instituídas ao longo do trabalho.

A seguir, alguns pontos relevantes nessa discussão teórica.

1.5.1 O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Toda história tem um começo e com a língua não poderia ser diferente. Segundo Castilho (2010, p. 169), “a história social de uma língua é o estudo das condições que levaram determinada comunidade a desenvolver uma língua própria, a receber uma língua transplantada, ou mesmo a desaparecer,

levando consigo sua língua.” A história do Português Brasileiro possui características próprias, que são de suma importância para a compreensão do estado em que a língua se encontra atualmente.

Alguns fatos da história do Português Brasileiro foram imprescindíveis para a formação da identidade do atual Português Brasileiro, principalmente o forte contato entre as línguas presentes no Brasil durante os quatro primeiros séculos de formação da nação brasileira.

Araújo, S. & Araújo, J. (2009) mostram que não foi apenas o elemento português que entrou na demografia do Brasil, mas também os autóctones e os africanos, bem como alguns europeus que imigraram para o Brasil na condição de trabalhadores desde a primeira metade do século XIX. Assim, percebe-se uma influência de diferentes povos (e, conseqüentemente, de diferentes línguas) na formação do português brasileiro.

Entende-se que o substrato inicial sobre o qual se impôs o português como língua da metrópole tenha sido o das línguas indígenas, oriundas das populações aborígenes que ocupavam o território nacional, por ocasião da colonização. Araújo, S. & Araújo, J. (2009, p. 97) asseveram que

... Essa presença indígena no Brasil colonial foi marcante, pois, dada a superioridade numérica dos indígenas, os portugueses tiveram de aprender a língua dos tupinambás, ocorrendo uma situação de bilinguismo. Porém, a partir do século XVII, o português se sobrepôs às línguas indígenas, favorecendo, dentre outras razões, “pela extrema fragmentação do quadro linguístico ameríndio”.

O Brasil possuiu (e possui) uma enorme diversidade cultural e étnica desde seus primórdios; assim, podemos concluir que já era esperada uma diversidade linguística, considerando os muitos contatos do português com o tupi (língua nativa), os muitos idiomas africanos trazidos para cá pelos escravos, em decorrência do tipo de atividade econômica que se empreendia nessas terras, além do contato com os muitos idiomas europeus (italiano, alemão, holandês), que também passaram a integrar a realidade linguística do

Brasil Colônia. Assim, temos que a diversidade já estava prevista para a realidade étnica e também linguística da nação brasileira (HOUAISS, 1985, p.91). Não há, portanto, como ignorar a natureza diversa daquilo que hoje se conhece como português brasileiro.

1.5.2 LÍNGUA, LINGUAGEM E SOCIEDADE

As mudanças que ocorrem na língua são resultantes (muitas vezes) dos fatores externos que envolvem a sociedade. Bagno (2009) afirma que “a língua é uma instituição social, ela é parte integrante da vida em sociedade, por isso as mudanças que ocorrem na língua resultam da ação coletiva de seus falantes.” (BAGNO, 2009, p.44). São palavras do autor:

Tudo o que acontece numa língua viva, falada por seres humanos, tem uma razão de ser. E essa razão de ser não tem nada a ver com a preguiça, o descaso, a corrupção moral, a falta de inteligência, a mistura de raças, e outras alegações preconceituosas que vêm sendo repetidas desde antes de Cristo. (BAGNO, 2009 p.44)

Neste trecho, o autor propõe que é preciso entender que a variação não surge em decorrência de uma pobreza intelectual, por exemplo, mas precisa ser analisada e explicada, porque – em suas próprias palavras – “tudo tem uma razão de ser”. Ou seja, não se pode justificar uma atitude preconceituosa em face do desvio do padrão, antes que se tente explicar ou entender as razões e a base do fenômeno que resulta na variação.

Para Labov (2008), um dos precursores da sociolinguística, a língua não possui um sistema coerente e racional, mas se constitui em um sistema marcado por alterações, por variações linguísticas relacionadas com o meio social. Desse modo, sendo a língua um fato social, a melhor maneira de estudá-la é concebê-la como um sistema heterogêneo. “Os procedimentos de descrição linguística são baseados na concepção de linguagem como um conjunto estruturado de normas sociais” (LABOV, 1972, apud REIS; MACHADO & BARBOSA p. 6443 (2011)).

Em relação ao uso da língua na sociedade, Neves (2011) afirma que o entendimento entre as propriedades linguísticas e os parâmetros sociais se dá de duas maneiras: da língua para a realidade social e desta para a língua. Assim, é possível compreender que a identidade de uma comunidade pode ser mantida pela língua e, por outro lado, pode-se entender que a diversidade linguística da sociedade pode configurar uma língua não padrão ou variedades não padrão de um mesmo idioma.

Na seção a seguir, apresentam-se alguns pressupostos básicos da Sociolinguística como ciência.

1.5.3 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA SOCIOLINGÜÍSTICA

O termo “Sociolinguística” é descrito por Salomão (2011) como “a ciência que estuda a língua na perspectiva de sua estreita ligação com a sociedade onde se origina.” Para a Sociolinguística, a interação social se dá através da língua, desenvolvendo-se e transformando-se conforme o contexto sócio-histórico. A Sociolinguística registra, descreve a análise de maneira sistemática, por meio de pesquisas de campo, as diferentes formas que a língua se apresenta, selecionando a variedade linguística como seu objeto de estudo. A análise da Sociolinguística procura estabelecer a relação entre os processos de mudança que ocorrem na estrutura da língua ao longo do tempo com o processo de variação que se observa na língua em um momento específico.

Segundo Bagno (2007), não existem construções mais corretas ou mais bonitas, todas as formas linguísticas merecem atenção. Um falante emprega a língua que aprende no ambiente familiar e que é perfeitamente suficiente para a sua comunicação.

Para Bortoni-Ricardo (2004), o processo de sociabilização começa na família, em seguida é estendido para com os amigos e depois acontece na escola. Esses ambientes são chamados de domínios sociais, são os espaços físicos onde os cidadãos interagem, admitindo alguns papéis sociais que são construídos no processo de interação humana.

Em toda comunidade de fala, há variações linguísticas, decorrentes de diversos fatores, como: grupos etários, gênero, questões regionais, econômicas, sociais, grau de escolarização, e essas diferenças, segundo a autora, estão relacionadas aos papéis sociais. Na escola, por exemplo, pessoas que desempenham papéis de autoridade, como professores, diretores, entre outros, procuram usar uma linguagem mais monitorada.

É comum encontrar professores que ainda encontram dificuldades em lidar com os “erros de português” em sala de aula, o que, na verdade, se constitui como uma inabilidade em lidar com a variação linguística. A postura do professor diante de tal fenômeno pode se consolidar de quatro maneiras: a de quem identifica o erro, mas não identifica diferenças dialetais de erros de decodificação; a de alguém que percebe o uso de regras não-padrão e não está atento ou não percebe por que ele próprio as usa; a daquele que percebe, mas prefere não interferir; ou o professor percebe o uso das regras não-padrão não intervém, mas em seguida apresenta a variante padrão. (BORTONI-RICARDO, 2004 p. 38)

A noção de erro que o aluno detém deve ser a primeira preocupação do professor ao iniciar uma aula sobre variação linguística. Reavaliar as práticas de ensino é uma questão relevante, pois é exatamente através da metodologia abordada pelo professor que se possui um resultado (seja ele bom ou ruim). As práticas de ensino estão intimamente ligadas ao aprendizado do aluno, a maneira de como o professor irá conduzir sua aula é que vai determinar a sua relevância.

Cezário & Votre (apud Martellota, 2012) comentam que a abordagem variacionista baseia-se em pressupostos teóricos que permitem ver regularidade e sistematicidade por trás do aparente caos da comunicação do dia a dia. Essa visão da língua procura demonstrar como uma variante se implementa na língua ou desaparece. Para esses autores, é importante relacionar a comunicação diária com os pressupostos teóricos da Sociolinguística, pois só o estudo da língua em seu uso corrente é que poderá esclarecer questões concernentes ao uso da linguagem não-padrão.

É importante salientar que os estudos da Sociolinguística surgem com um caráter interdisciplinar, ou seja, dialogam com outras disciplinas, em especial as ciências sociais. É necessário que haja um envolvimento por parte

dos outros professores também, pois tal interdisciplinaridade vai colaborar fortemente na compreensão da Língua Materna.

Normalmente, as variedades denominadas de prestígio ou padrão estão baseadas em uma única variante, chamada de variante padrão. Tal variedade é a mais valorizada entre os falantes, pois é definida como a maneira “certa” de falar, além de ser a variante mais utilizada pelas classes dominantes, de prestígio. A variedade padrão representa a heterogeneidade linguística e para a Sociolinguística, a definição de que este é o único modo certo de falar é um conceito equivocado, pois a língua é heterogênea e está em constante mudança ao longo do tempo.

Já as variedades não padrão são consideradas “erradas”, sendo que é absolutamente desconsiderável tal julgamento em relação à língua, pois não existe variedade linguística inferior nem superior.

1.5.4 A SOCIOLINGUÍSTICA E O ENSINO MÉDIO

É notório e já muito discutido entre estudiosos no ramo da Sociolinguística a maneira como alguns professores de língua portuguesa se portam em sala de aula frente a questões que envolvam as variações linguísticas entre seus alunos. É necessário reavaliar a maneira como um professor de língua portuguesa pode se portar e como deve direcionar as questões que revelam o preconceito linguístico em sala de aula, tanto em situações de produção oral, quanto escrita.

Um ponto de vista muito interessante é o de Bortoni-Ricardo (2004, p. 38) segundo o qual:

O padrão de comportamento do professor em relação ao uso de regras não padrão pelos alunos depende basicamente do tipo de evento em que essas regras ocorrem. Como regra geral, observamos que quase nunca os professores intervêm para corrigir os alunos durante a realização de um evento de oralidade, que, como já vimos, são realizados sem exigência de muita monitoração.

O ensino de língua portuguesa (em sua maior parte) está pautado apenas em regras que não valorizam o uso da língua nas diversas situações de comunicação, fazendo com que o ensino se torne mecânico e pouco significativo para a maioria dos alunos, grande parte dos professores tem focalizado apenas o ensino da gramática normativa, sem se preocupar em mostrar ao aluno que há diversas situações de comunicação e interação e que a língua precisa se moldar a essas situações, assumindo contornos apropriados para cada evento comunicativo.

Outra contribuição muito significativa também pode ser encontrada em Bunzen & Mendonça (2006), que caracteriza o Ensino Médio como etapa final da educação básica, ou seja, seu peso é ainda mais significativo quanto à seleção dos objetos de ensino (conteúdos e competências) a abordar e das estratégias a adotar, pois não é possível “retomar o que não foi visto” ou “suprir as lacunas” para além dos três anos do EM. E ainda acrescenta o seguinte: “Na seleção de objetos de ensino da área de língua materna, o EM tem privilegiado, em geral, uma revisão/repetição do que foi visto no EF II, o que se restringe a uma visão de gramática e de técnicas de redação.” (Bunzen & Mendonça, 2006 p.202)

É certo que nenhum aluno vai ser igual ao outro e que as dificuldades de aprendizado também não serão iguais, porém, o professor deve saber guiá-los da melhor maneira, fazendo-os interagir uns com os outros e com o próprio professor, que deve ter um método que chame a atenção dos alunos, já que a dificuldade é grande. As várias formas em que a língua se apresenta em sala de aula fazem também com que os alunos aprendam coisas novas com seus colegas e o professor deve saber utilizar desse aprendizado mútuo uma nova forma de trabalhar sobre a língua com eles, o método se torna de suma importância no aprendizado.

Através da enorme diversidade linguística existente na língua em nossa sociedade e por ser por meio dela que se agregam tantas opiniões distintas e às vezes preconceituosas é que se questiona o ensino da língua portuguesa, principalmente para os alunos do 3º ano do Ensino Médio, que já estão prestes a ingressar no ensino superior e muitos ainda não conhecem ou não se interessam em aprofundar seus conhecimentos à respeito de sua língua materna.

A escola não pode e não deve desprezar as diferenças sociolinguísticas de seus alunos, mas expor através dos professores, a existência das variedades linguísticas, mostrando ao aluno o respeito que ele deve dar às diferenças e adequar seu vocabulário aos diferentes contextos.

Deter conhecimentos no que se refere aos estudos da Sociolinguística é algo tão essencial quanto os conhecimentos gramaticais exigidos por um professor de Língua Portuguesa. Os pressupostos teóricos da Sociolinguística nos revelam a necessidade de rever o ensino de Língua Portuguesa para que possamos ter um ensino de mais qualidade. A variação linguística existente em sala de aula deve ser trabalhada de maneira sistemática, de modo que o aluno perceba e consiga distinguir sua linguagem da língua padrão e, ainda, saber quando e onde utilizar cada uma.

Bortoni-Ricardo (2004) nos diz que é no momento em que o aluno usa flagrantemente uma regra não padrão e o professor intervém, fornecendo a variante padrão, que as duas variedades se justapõem em sala de aula. Assim, o aluno identificaria e conseguiria distinguir as duas variedades e saber aplicá-las devidamente. Porém, o que podemos perceber, na maioria dos casos em sala de aula, é que infelizmente não há essa intervenção do professor, como a autora revela. O que acontece na maioria dos casos são professores que pouco se importam com o uso da norma padrão em sala de aula, ou que, quando fazem uma intervenção, utilizam palavras que caracterizam a fala não padrão dos alunos como “errada”, gerando nos estudantes certo desconforto em relação ao uso da língua. A mesma autora nos revela que:

... é pedagogicamente incorreto usar a incidência do erro do educando como uma oportunidade para humilhá-lo. Ao contrário, uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e da escola, e mostra ao professores como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.38)

Segundo a autora, a maior causa do não uso da variante padrão em sala de aula se deve em maior parte aos professores, pois demonstram não utilizar dos

pressupostos que a Sociolinguística nos traz para aperfeiçoar as aulas de Língua Portuguesa.

O fato é que a escola provoca mudanças na escrita e na fala de seus alunos, principalmente nas aulas de língua portuguesa. Porém, tais mudanças buscam preservar a norma padrão da língua, inferiorizando as demais. A maioria dos professores esquece que em sala de aula encontramos uma enorme variação no uso da língua. Alguns docentes não sabem se posicionar frente aos “erros de português” cometidos pelos alunos. Para Bortoni - Ricardo (2004), “erros de português” são diferenças entre os alunos, por esse motivo não podem ser vistos de maneira discriminatória pelo professor.

Bortoni-Ricardo (2004) ainda ressalta que o professor precisa analisar dois fatores diante da realização da regra não padrão: a identificação e a conscientização da diferença. Quando um professor não reconhece as regras ou mesmo não se monitora, a identificação pode não ter o resultado esperado. Já a conscientização necessita que o aluno se conscientize em relação às diferenças linguísticas, para que ele consiga desenvolver sua habilidade de monitoração da sua própria língua, de forma que tal conscientização não prejudique o processo de ensino/aprendizagem.

Outra contribuição muito importante em relação ao ensino de Língua Portuguesa é a das autoras Vieira & Brandão (2011 p. 31) que asseguram que

trabalhar com o ensino de Língua Portuguesa é muito mais do que relacionar o que é certo e o que é errado: é compreender seu funcionamento hoje, e no passado, em um processo dinâmico de capacitação dos alunos para a produção de textos orais e escritos os mais variados.

A Língua Materna é algo com que os seres humanos já nascem com essa pré-disposição, pois inserida em uma ambiente de comunicação ativa, a criança desenvolverá sua competência linguística. Neves (2011, p. 19) revela que: “O estudo da língua materna representa, acima de tudo, a explicitação reflexiva do uso de uma língua particular historicamente inserida, via pela qual se chega à explicitação do próprio funcionamento da linguagem”. Não se ensina língua materna, adquire-se!

Não se pode trabalhar com língua mantendo uma visão estática, abstrata, tratando apenas com situações hipotéticas e teóricas. “Trabalha-se com o falante-ouvinte real, em situações reais de linguagem. Busca-se, através do estudo das manifestações linguísticas concretas, descrever e explicar o fenômeno da linguagem”. (Cezário & Votre apud Martellota, 2012, p. 149). Essa é a função da Sociolinguística, analisar as situações reais dos falantes como seu objeto de estudo para descrever, entender e explicar o fenômeno da variação linguística. E isso que categoriza a Sociolinguística como ciência.

1.5.5 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O preconceito linguístico está presente em diversos segmentos da nossa população. Temos de um lado a elite letrada, que frequentaram escola e que têm vida intelectual ativa, que se supõem falantes que usam o português corretamente. De outro lado, temos uma enorme população brasileira, que não é alfabetizada nem frequentou escola e que, segundo os padrões sociais brasileiros, não fala “corretamente” o português; e a partir daí é que surge o “Preconceito Linguístico”. A gramática é definida no dicionário Houaiss (2001) como: um conjunto de regras que determinam o uso considerado correto de uma língua; ou: livro que contém essas regras. Assim, a grande maioria das pessoas entende que somente as pessoas que seguem as regras da gramática é que falam corretamente.

O gráfico abaixo demonstra os dados da população brasileira ainda não alfabetizados no Brasil, conforme divulgação do Censo 2010.

| Idade | Porcentagem |
|-----------------|-------------|
| 60 anos ou mais | 26,5% |
| 50 a 59 anos | 13,8% |
| 40 a 49 anos | 9,9% |
| 30 a 39 anos | 6,6% |
| 25 a 29 anos | 4,0% |
| 18 a 24 anos | 2,6% |
| 15 a 17 anos | 2,2% |

Fonte: www.brasil.gov.br Acesso em: 03 Julho de 2013.

Em seu livro *“Doa-se lindos filhotes de poodle”*, Scherre (2005, p. 93) propõe que:

“não sou contra a gramática normativa. Não tenho como ser contra. Na maior parte das vezes, gramáticas normativas são produtos dos grupos sociais de prestígio. Seu ensino tem, nas comunidades modernas, uma função da qual não se pode fugir. Não se pode furtar de ensinar a usar uma arma de luta social. O que tem de ficar bem claro é que, quando professor de português está ensinando gramática normativa, ele NÃO está ensinando língua portuguesa. Língua materna se adquire; não se aprende e nem se ensina.”

Percebe-se claramente o que a autora quis dizer ao se referir ao ensino da gramática normativa. O papel da escola é o de ensinar a norma padrão; mas esse processo de ensino do padrão deve estar acompanhado da compreensão e visão da variante não-padrão. E, além disso, não se ensina língua materna, é algo que o ser humano adquire em contato com sua comunidade linguística logo nos primeiros anos de sua existência; ela é adquirida e se consolida ao longo da vida.

É importante que a sociedade compreenda que não existem línguas ou culturas pobres, existem línguas e culturas diferentes; assim, não há motivo para existir também a superioridade linguística ou cultural no seio da sociedade.

Aprender a norma padrão só se obtém sucesso praticando constantemente. “Decorar regras ou procurar palavras no dicionário tem importância para determinadas situações pontuais, mas não garante que alguém aprenda a escrever com fluência e adequação, em diferentes situações comunicativas.” (PICOLLO, 2013). Ou seja, de nada adianta um aluno decorar as regras gramaticais durante sua vida escolar, se ele não se esforçar para que haja um constante contato com a prática de tais regras. É também importante salientar o que se encontra em Picollo (2013): “é dever da escola e direito do aluno aprender a escrever, a ler e a falar os diversos gêneros textuais que circulam na sociedade em que vivemos.” Assim, desenvolver a capacidade crítica do aluno no que se refere à noção de erro é essencial para que ele não desenvolva um preconceito e perceba que a diversidade linguística faz parte da

cultura brasileira, e que é absolutamente normal acontecer as variações se torna uma ação mais simples. Outra contribuição a respeito da variação e do “erro” é a de Bagno (1999):

Ora, já está mais do que comprovado que, do ponto de vista exclusivamente científico, não existe erro em língua — o que existe é variação e mudança, e a variação e a mudança não são “acidentes de percurso”: muito pelo contrário, elas são constitutivas da natureza mesma de todas as línguas humanas vivas... A noção de erro em língua é inaceitável dentro de uma abordagem científica dos fenômenos da linguagem.

Então, fica evidente como se deve tratar com o aluno a questão do “erro”. Ele prova e demonstra que não se deve classificar como erro o uso da Língua Materna.

Em sala de aula, as variedades linguísticas se misturam e o professor tem de saber aproveitar essas variações para poder ter uma melhor produção e desenvolvimento, principalmente na fala dos alunos. Castilho (2010) nos mostra que o importante é dar-se conta de que a teoria da variação linguística tem tido uma grande repercussão na análise gramatical. Admite-se hoje que os falantes de uma língua operam com uma variedade de gramáticas, de acordo com a situação linguística em que estão envolvidos.

Há muito tempo percebe-se o descaso com que a Língua Portuguesa é tratada. Travaglia (2005, apud Santos Sobrinha & De Mesquita Filho, 2011 p. 7) revela que frequentemente há uma ausência de atividades que envolvam uma produção e compreensão de textos durante as aulas de Língua Portuguesa, que são essenciais para a formação e capacitação do aluno. Seguindo esse pensamento, Santos Sobrinha & De Mesquita Filho (2011) nos dizem que o ensino da gramática nas escolas tem sido prescritivo e que se baseia apenas nas regras estabelecidas pela gramática normativa, pois a maioria dos professores as considera “correta” e única para o ensino de Língua Portuguesa.

Guy & Zilles (2006, p. 49) corroboram com o seguinte pensamento:

O que se considera hoje como o padrão no Brasil é uma mistura de arcaísmos e elementos do português de Portugal com o uso atual dos grupos sociais mais poderosos e prestigiados no país; esta entidade – o padrão – é também, em certa medida, variável.

De tal modo, percebe-se como o preconceito linguístico se revela em nossa sociedade. O que consideramos hoje como a língua padrão, revela a miscelânea de palavras arcaicas e características do português de Portugal, que são frequentemente utilizadas pelas camadas sociais mais prestigiadas em nosso país. Na verdade, essa variante é apenas mais uma variedade do Português Brasileiro, no qual não deveria ser estigmatizada como única e correta para os falantes.

Ora, “as atividades realizadas no ensino de Língua Portuguesa devem partir de uma concepção de língua viva, que, durante toda sua existência, conta com variações e mudanças inerentes ao sistema”. (REIS; MACHADO & BARBOSA, 2011, p.6441). Não se pode pensar em língua partindo do pressuposto de que ela é homogênea, ela está em constante movimento e seus falantes acompanham tais mudanças. O aluno tem de ter a capacidade de acompanhar um processo reflexivo, ir além das regras da gramática normativa. É necessário que o aluno compreenda e assimile a existência das variantes linguísticas, sabendo utilizá-las em seus devidos contextos. E, para tanto, é importante que haja um contato com todas as formas variantes. (REIS; MACHADO & BARBOSA, 2011, p.6449).

Assim, entende-se que o preconceito linguístico é algo que não deve existir em meio a uma sociedade tão heterogênea, aonde encontram-se variedades linguísticas advindas de diversos modos, como a faixa etária, a localização geográfica, entre outros.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

Este capítulo trata dos procedimentos adotados para o desenvolvimento do presente trabalho. O capítulo está organizado em duas grandes partes que encerram seções específicas.

Inicialmente constrói-se uma noção de pesquisa, pesquisa qualitativa e detalham-se algumas visões sobre a etnografia, como metodologia de trabalho. Em seguida, apresenta-se em detalhes como se deu a elaboração do trabalho, desde o levantamento bibliográfico, passando pela pesquisa de campo, indo até a coleta e análise de dados.

Na seção sobre coleta de dados analisam-se os caminhos adotados e os instrumentos utilizados na coleta dos dados (dados de observação e dados de entrevistas individuais).

2.1. A PESQUISA QUALITATIVA

Antes de definirmos a pesquisa qualitativa, entendamos primeiramente o que é pesquisa. Conforme Fonseca (2002) é uma atividade nuclear da ciência, que possibilita uma aproximação e uma interpretação da realidade a ser investigada. Segundo o autor, “a pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos”. (FONSECA, 2002, p. 20). Ou seja, é um processo delinear e inacabado, que ocorre pela aproximação da realidade, o que auxilia diretamente no tratamento da realidade. Entende-se que a pesquisa pode ter natureza qualitativa ou quantitativa.

A pesquisa qualitativa (modelo de análise adotado neste trabalho), segundo Gressler (2003), é diferente da pesquisa quantitativa, pois não emprega instrumentos previsíveis como forma de procedimento. Este tipo de pesquisa leva em consideração todos os componentes da situação que envolve as interações e influências de pesquisa.

Fonseca (2002) nos revela que esse tipo de abordagem teve início no campo de estudos da Antropologia e da Sociologia e depois se expandiu para as áreas da Psicologia e da Educação.

O presente trabalho constitui uma pesquisa qualitativa/quantitativa porque pondera que em um trabalho de pesquisa de campo desenvolvido em sala de aula (em educação, portanto) é necessário que se considere a realidade vivenciada pelos colaboradores, os processos a que são submetidos e a interação entre esses colaboradores; a pesquisa não seria tão relevante se mantivesse apenas os dados quantitativos.

Entende-se que o ambiente de sala de aula é altamente dinâmico e, nesses ambientes, não há como prever os acontecimentos, sendo que as situações novas acabam por se constituir em material constante de pesquisa e observação. Nessas condições, parece ser mais adequada a adoção de trabalho qualitativo, que considere todos esses elementos na constituição final dos resultados em virtude da análise.

Nesse cenário, o trabalho etnográfico mostrou-se a ferramenta muito relevante de imersão no campo, considerando que é por meio desse tipo de pesquisa que pesquisador e colaboradores interagem de maneira ótima, o que garante uma avaliação mais minuciosa daquilo que se põe em foco para a pesquisa. Sobre a etnografia, vale trazer algumas palavras.

2.1.1. PESQUISA ETNOGRÁFICA

A etnografia é uma forma de pesquisa que normalmente está associada à pesquisa qualitativa. Foi criada pelos antropólogos para que desenvolvessem estudos descritivos da cultura de um povo; na educação seu foco está voltado para o processo educativo. (ANDRÉ, 2008).

Ainda segundo André (2008), o termo etnografia não é aplicado à educação em seu sentido real; são feitas adaptações das formas utilizadas, com o objetivo de melhorar as pesquisas realizadas. Além dos instrumentos utilizados no processo de pesquisa (observação, entrevistas, análise documental) outro elemento que caracteriza um trabalho como do tipo etnográfico é a pesquisa de campo, pois – neste caso – o pesquisador

aproxima-se de pessoas, situações, locais, eventos, mantendo contato direto e prolongado.

Em suma, a pesquisa de base etnográfica vislumbra a conhecimento de novos conceitos e novas formas de compreensão da realidade em consonância com a pesquisa qualitativa.

2.1.2 PESQUISA QUALITATIVA ETNOGRÁFICA

O presente trabalho, orientado sociolinguisticamente (se nos permitem o emprego do termo), foi conduzido no 3º e último ciclo do ensino médio em duas escolas na cidade satélite de Taguatinga – DF. Durante a pesquisa, buscou-se imersão no ambiente de sala de aula para uma mensuração apropriada das interação entre alunos e docentes, tendo como foco o viés dos usos da linguagem.

Em relação à etnografia, Bortoni-Ricardo (2008, p. 79) afirma que

a vertente etnográfica de estudos sociolinguísticos educacionais propõe uma teoria da aprendizagem baseada na interação verbal em sala de aula; sua metodologia, essencialmente qualitativa e interpretativa, consiste de registros etnográficos. Exatamente por se entender que não há processo de aprendizagem, principalmente de qualquer modalidade de língua, que não se dê por meio da interação é que se optou por esse tipo de pesquisa com as características aqui descritas.

Entende-se, segundo Cook-Gumperz (1987, apud Bortoni-Ricardo, 2008, p. 80), que essa vertente de pesquisa estude fenômenos de variação linguística em ambientes escolares, procurando responder às questões que envolvam as rotinas educacionais. As formas linguísticas interessam à sala de aula, sobretudo a compreensão que os alunos alcançam, levando-se em conta fatores como o cognitivo e o social. O discurso de sala de aula comporta a reflexão sobre os processos que os alunos utilizam para relacionar a nova informação ao conhecimento que já detêm.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram analisadas cerca de vinte aulas de Língua Portuguesa, aonde foi possível observar o comportamento dos alunos em relação ao uso das variantes e da norma padrão e a postura dos professores frente às diversas formas de comunicação que acontecem em uma sala de aula.

Num segundo momento, foi solicitado aos professores que respondessem a um questionário com sete perguntas que estão relacionadas com os usos da língua, as variantes e as noções referentes aos pressupostos da Sociolinguística. Além disso, também se procedeu a uma entrevista com os alunos em que eles foram requisitados a responder questões que analisavam o ensino de língua portuguesa e que analisavam seu comportamento e o que eles sentiam em face do uso dessa ou daquela variedade de língua.

A pesquisa qualitativa etnográfica foi a maneira selecionada para o desenvolvimento deste trabalho, pois – como se argumentou anteriormente – é um método que comporta a interpretação das rotinas e das práticas de sala de aula, relacionando a teoria com a prática da vivência em sala de aula. Este trabalho busca, então, compreender como a variação linguística é tratada em sala de aula, como os alunos recebem tal questão e sua relevância para o ensino de Língua Portuguesa.

2.2. ETNOGRAFIA EM SALA DE AULA

Uma das possibilidades de pesquisa em sala de aula é o que se chama trabalho etnográfico. Cançado (1994) define o termo “Etnografia” como uma descrição literal de culturas ou de grupos de pessoas que são diagnosticadas como portadoras de certo grau de unidade cultural e declara que a etnografia é guiada por dois princípios básicos: “o princípio êmico” e “o princípio holístico”. Para a autora, o princípio êmico tem a ver com a observação da realidade da sala de aula e o holístico considera TODOS os aspectos em sala de aula. São palavras da autora:

O “princípio êmico” demanda que o observador deixe de lado visões pré-estabelecidas, padrões de medição, modelos,

esquemas e tipologias, e considere o fenômeno sala de aula sob o ponto de vista funcional do dia a dia. O “princípio holístico” examina a sala de aula como um todo: todos os aspectos têm relevância para a análise da interação; tanto os aspectos sociais, como os pessoais, os físicos, etc. (CANÇADO, 1994, p. 56).

É necessário estabelecer um critério de pesquisa para que os dados não sejam apenas números, mas que possam estar de acordo com o que se busca para a finalização do trabalho. Cançado (1994, p. 57) revela que: “a triangulação teórica implica o uso de várias perspectivas diferentes na análise do mesmo corpus.” Assim,

A triangulação do corpus visa a obtenção de observações com múltiplas estratégias: observações no decorrer do período, situações sociais, pessoas em várias formas de interação. O uso desse tipo de triangulação assegura que a teoria está sendo testada em mais de uma maneira. (CANÇADO, 1994 p. 57).

Outra opinião sobre a questão dos estudos etnográficos pode ser encontrada em Bortoni-Ricardo (2008, P. 61). Para essa autora,

a triangulação é um recurso de análise que permite comparar dados de diferentes tipos com o objetivo de confirmar ou desconfirmar uma asserção. Pode-se construir também uma triangulação combinando as perspectivas de diversos atores em uma ação.

Seguindo esse tipo de orientação, procurou-se – nesta pesquisa – estabelecer como critério uma comparação entre o que o docente de língua portuguesa pensa ou diz de sua prática docente e o que realmente põe em prática, além de avaliar como os alunos se veem em meio a essa rotina, quanto à maneira como empregam a língua e quanto à maneira como esse emprego é considerado. Para isso, partiu-se da hipótese inicial de que, mesmo que haja

um discurso, a prática de sala de aula talvez possa se constituir algo bem diferente.

2.3 O TRABALHO

O trabalho foi constituído por meio de uma pesquisa qualitativa de base etnográfica em que se visitaram duas escolas para a coleta dos dados. O trabalho foi elaborado em três momentos distintos:

- i. Inicialmente procedeu-se a um levantamento bibliográfico sobre a questão do ensino e da variação, em que se procurou enfocar questões como o preconceito constituído com base na linguagem, o trabalho com língua em meio à diversidade linguística e toda a discussão sobre variação linguística e interação.
- ii. Em um segundo momento, procedeu-se uma pesquisa etnográfica, constituída por 20 situações de imersão no ambiente de sala de aula e de observação de como se dava a interação professor-aluno e da questão dos usos da língua nesse ambiente específico. Nessa ocasião, a observação resultou em coleta prévia de dados, por meio da observação.
- iii. Finalmente procedeu-se, no próprio ambiente de observação, coleta de dados, por meio de entrevistas feitas com os alunos e com os professores, foi possível coletar informações preciosas sobre como os docentes e os estudantes se veem em meio às questões relacionadas aos usos da língua.

Nas seções a seguir, detalha-se cada uma dessas etapas de constituição da pesquisa.

2.3.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Inicialmente, adotou-se um procedimento de análise de bibliografias sobre o tema, para que – em seguida – se procedesse ao recorte temático que se pretendia, que é a análise das práticas docentes em língua portuguesa na terceira série do ensino médio.

O trabalho de levantamento bibliográfico tomou como foco as discussões sobre preconceito linguístico ou mesmo as discussões sobre variação, que apontam para a diversidade linguística e para as dificuldades advindas da adoção de uma ou de outra variedade do idioma.

Foram pesquisados diversos livros e foram feitas pesquisas na web para a construção do material teórico, para então, fazer a pesquisa de campo nas escolas selecionadas, de acordo com o que foi instruído no levantamento bibliográfico. Alguns trabalhos relevantes como os de Bortoni-Ricardo (2004), Ataliba de Castilho (2001), Marta Scherre (2005), Marcos Bagno (2007), Willian Labov (2008), Marcia Cançado (1994); foram de imensa relevância para a compreensão do tópico posto em foco. A principal função deste levantamento bibliográfico é situar o leitor sobre as questões teóricas que cercam o trabalho.

2.3.2 PESQUISA DE CAMPO

Como já se mencionou anteriormente, a pesquisa de campo ocorreu por meio de trabalho etnográfico em que se observaram 20 aulas em duas escolas diferentes na periferia de Brasília. O detalhamento desse procedimento está posto a seguir:

1. Foram observadas vinte aulas no total, dez em cada escola. Primeiramente procedeu-se observação da rotina das turmas e do trabalho das professoras, atentando especificamente para os usos da linguagem e as variedades encontradas no ambiente escolar. Nesse momento, anotou-se cada detalhe que se julgava importante como: a maneira como as professoras se portavam frente às questões que envolviam o preconceito linguístico e as variantes, observando se as educadoras monitoravam sua própria fala, ou como elas “corrigiam” os alunos em relação à concordância, ou regência, por exemplo.

Um procedimento de observação não foi escolhido sem um propósito. Entende-se que a observação nesse tipo de pesquisa seja algo de suma relevância. Segundo Oliveira (2010), a observação é um método individual adequado à pesquisa que se desenvolve em sala de aula, porque torna possível uma análise descritiva de um determinado objeto de estudo. Ela é,

portanto, um instrumento que proporciona maior quantidade de detalhes ao pesquisador, pois baseia-se na descrição.

2. Ao final da observação foi solicitado aos professores que respondessem a um questionário por meio do qual o professor deveria revelar seu grau de conhecimento das questões de variação e dos pressupostos da sociolinguística e a maneira como ele se porta em sala de aula em face da diversidade linguística.

Escolheu-se a aplicação de questionários por se entender que esta constitui uma maneira bastante segura de se obterem os dados para a análise. Foi por meio dos questionários, por exemplo, e das respostas dadas a ele que se conseguiu constituir uma noção sobre que ideia o docente tem do trabalho que desenvolve quando o assunto é língua e variação.

3. Em um terceiro momento, procedeu-se uma entrevista com alguns que também tinha de dar sua opinião sobre como usam a língua e sobre como se sentem em relação à postura do professor ou outros profissionais na escola o tratam pela maneira como ele usa sua língua materna.

Assim, os instrumentos utilizados para a presente pesquisa foram: Observação; Questionários e Entrevistas. Adotou-se tais procedimentos por eles serem comumente utilizados durante as pesquisas de base qualitativa e etnográfica, evidenciando assim, os métodos mais propícios à investigação sobre o ensino de língua materna.

2.3.3 COLETA DE DADOS

Como já se delineou na seção anterior, a coleta de dados se deu em três momentos:

1. Primeiro foram coletados dados de observação durante a assistência às aulas; nesse momento foram observadas todas as ações docentes, o comportamento linguístico dos alunos e a reação das docentes aos usos da língua que os alunos apresentavam.
2. Em um segundo momento foram aplicados questionários aos docentes, que buscava medir a quantidade de informação que cada um tinha das

questões de variação e dos pressupostos da sociolinguística e de como eles agiam em face da diversidade linguística de sala de aula.

3. Em um terceiro momento, entrevistaram-se os alunos com um questionário que objetivava investigar se eles tinham conhecimento sobre variação e se se sentiam intimidados pelo uso que faziam da língua.

O questionário respondido pelas professoras contém sete questões, com respostas de marcar sim e não nas seis primeiras e a última questão de múltipla escolha. A primeira questão se refere ao conhecimento prévio dos estudos da Sociolinguística; a segunda questiona a existência do preconceito linguístico; a terceira questão interroga o profissional de L.P. se é relevante abordar a questão da variação linguística em sala de aula; a quarta pergunta aborda o uso da língua materna em situações reais em sala de aula, se o professor utiliza desse feedback nas aulas de L. P; a quinta questão questiona se os alunos do 3º ano se interessam em aprofundar seus conhecimentos em relação à L. M; a sexta questão interroga os professores se o estudo da Sociolinguística tem alguma contribuição em suas aulas; a sétima e última questão é de múltipla escolha e questiona como o professor se posiciona frente à linguagem dos alunos.

Já a entrevista feita com dez alunos em cada escola, contém cinco perguntas relacionadas com a variação linguística em sala de aula e referente a como o aluno se sente em relação ao término do 3º ano do E. M., se ele se sente preparado para prestar o vestibular. Na primeira pergunta, é questionado ao discente se ele sabe o que é a Sociolinguística; na segunda se ele gosta das aulas de L. P. e por quê; a terceira pergunta questiona-se se o aluno se sente apto a prestar o vestibular; na quarta é questionado qual variedade ele costuma utilizar mais frequentemente, a coloquial ou a culta; e a quinta e última pergunta se refere ao preconceito linguístico, se o discente se sente discriminado ao utilizar a linguagem coloquial em sala de aula.

CAPÍTULO III

O QUE O PROFESSOR FAZ DA LÍNGUA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

3.1 OS DADOS DA PESQUISA

Os dados para análise foram coletados por meio de questionários e entrevistas aplicados junto aos docentes e aos alunos, descritos no capítulo de metodologia. Vinte entrevistas foram realizadas com os alunos, 10 de cada escola (pública e particular) e foi solicitado a cada um dos docentes que respondesse a um questionário, cujas questões são listadas a seguir.

Quanto ao questionário aplicado aos professores, eles deveriam responder às seguintes questões:

- 1- Você conhece os estudos do ramo da SOCIOLINGUÍSTICA?
- 2- Você acredita que o preconceito linguístico é uma realidade?
- 3- Você, como profissional de Língua Portuguesa, acredita ser importante trabalhar em sala de aula a questão das variações linguísticas?
- 4- Em suas aulas de Língua Portuguesa você aborda temas que envolvam o uso da língua materna em situações reais?
- 5- Por estarem no último ano do ensino regular, os alunos do 3º ano demonstram algum interesse em relação ao aprofundamento dos estudos em língua materna?
- 6- Você acha que as discussões da Sociolinguística contribuem de alguma forma para as suas aulas de Língua Portuguesa?
- 7- Em relação a como o seu aluno usa a linguagem, você:
 - a) Ouve e corrige imediatamente orientando-o quanto aos padrões da norma.
 - b) Ouve e não repreende eventuais “erros”.

- c) Ouve e propõe uma adequação do registro à situação de uso.
- d) Não se importa, pois não é papel da escola corrigir a maneira como o aluno usa a linguagem.

A professora da instituição de ensino privado afirmou conhecer e se utilizar dos pressupostos da Sociolinguística nas aulas de L.P., além disso, afirmou ser importante tratar da variação linguística e comentar com os alunos situações de preconceito linguístico. Quanto à questão que interroga se os alunos se interessam em aprofundar seus conhecimentos em relação à Língua Materna, ela afirmou que sim. Quando questionada sobre como procedia com seus alunos quando eles se desempenhavam linguisticamente, ela afirmou que sempre os corrige quando eles cometem – na fala – algum tipo de desvio com relação à norma padrão.

A professora da escola pública também afirmou conhecer e aplicar os pressupostos da Sociolinguística em sua prática docente e afirmou considerar relevante tratar da variação linguística e importante debater as questões que envolvam o preconceito linguístico; para ela, poucos alunos se interessam pelo aprofundamento nos estudos referentes à norma padrão da língua. Essa professora afirmou propor uma adequação do registro à situação de uso quando seus alunos se utilizam de alguma modalidade não-padrão.

A entrevista realizada com os alunos, durante os intervalos, continha as seguintes questões:

Pesquisador: Você sabe o que é SOCIOLINGUÍSTICA?

P: Você gosta das aulas de Língua Portuguesa? Por quê?

P: Você se sente apto para prestar o vestibular? Se não, por quê?

P: Você acha que utiliza mais a norma culta ou a linguagem coloquial?

P: Quando utiliza a linguagem coloquial em sala de aula, você se sente discriminado?

As respostas a essas perguntas, colhidas em entrevistas, foram reveladoras de uma realidade que em parte já havia sido prevista desde as considerações iniciais deste trabalho.

Constatou-se, através dos dados obtidos, a forma negativa com que a maioria dos alunos reage em relação à Língua Portuguesa.

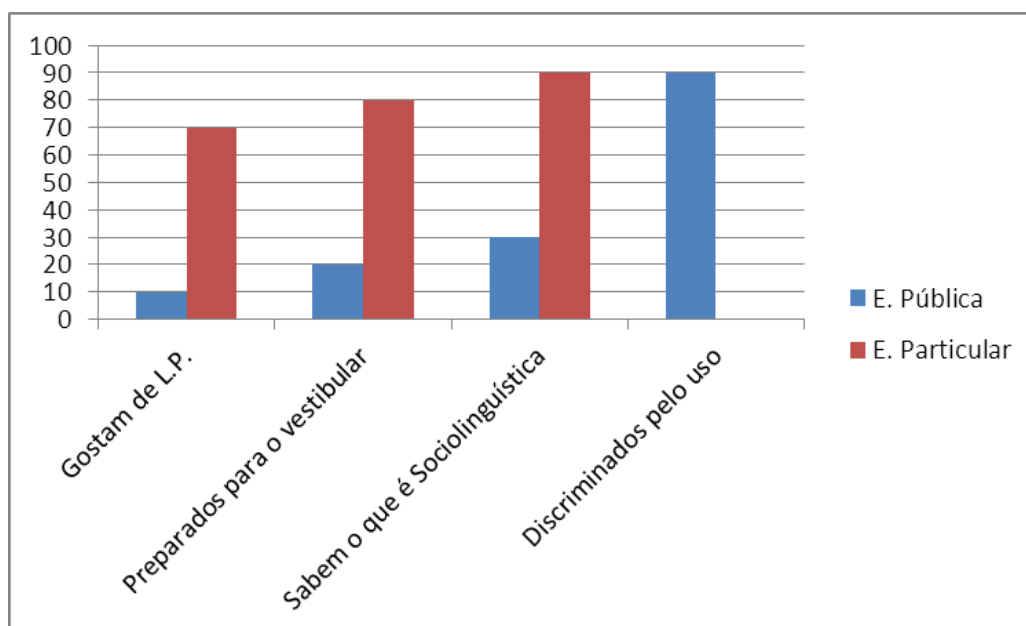
Na escola pública, 30% dos alunos sabem o que é a Sociolinguística; a maioria não sabe e também não se interessa em saber. 90% deles deixaram bem claro o desgosto com a LP, mas – para eles – trata-se de algo muito difícil, cheio de regras e que só os mais “ricos” é que a utilizam. 80% não se sentem preparados para o vestibular, pois acreditam que só as camadas mais prestigiadas chegam à universidade, já que possuem mais oportunidades de estudo, principalmente no que se refere à L.P.

90% dos alunos disseram utilizar mais a linguagem coloquial, pois têm medo de utilizar a norma culta e falar algo errado, sem concordância, sentem medo de serem discriminados. 90% deles falam que só se sentem discriminados quando utilizam a linguagem coloquial em sala de aula pela professora, que os repreende quando utilizam algum tipo de modalidade informal.

Quanto aos alunos da escola particular, 70% se interessam pelos estudos que envolvem a Língua Materna, 90% afirmam não saber o que é a Sociolinguística e não escodem a dificuldade que sentem em relação às normas da Língua Portuguesa.

100% afirmam utilizar mais a linguagem coloquial e dizem não se sentirem discriminados com o uso da linguagem não padrão, pois a maioria deles a utiliza. 80% deles se sentem interessados a prestar o vestibular, mas alguns disseram não se sentirem preparados, em detrimento da dificuldade de conseguir compreender as regras da L.P.

O gráfico a seguir, apresenta algumas questões interessantes quanto aos dados coletados:



Do contraste entre os dados, percebe-se que os alunos da instituição particular de ensino parecem mais bem informados quanto ao que seja variação linguística, bem como parecem ter mais conhecimento quanto aos contextos em que uma variedade de língua é mais apropriada que outra.

Também ficou claro, pela análise quantitativa dos dados, que uma quantidade maior de alunos da escola particular demonstra algum tipo de interesse por questões relacionadas à língua portuguesa, o que nos leva a crer que possivelmente o trabalho é desenvolvido de uma maneira mais coerente do que o que se presencia na escola pública.

É importante ainda observar as distinções entre as duas instituições quanto à atitude dos alunos, no que se refere à língua portuguesa, com respeito às condições e ao interesse de prestarem vestibular ou quanto ao fato de se sentirem ou não discriminados pelos usos que fazem das variantes coloquiais do idioma.

Observa-se que muitos alunos da escola pública dizem se sentirem discriminados principalmente no ambiente escolar.

Também, na observação das aulas, foi possível perceber que, mesmo nos pontos em que as professoras afirmaram tratar a questão da diversidade linguística de maneira não preconceituosa, essas docentes acabavam se portando de maneira prescritiva e nada analítica. Em muitas ocasiões, observou-se que elas corrigiam os alunos de maneira pouco ou quase nada

relevante, causando até constrangimentos em algumas situações. Esse tipo de fato ocorreu com mais frequência na escola privada que na pública. Mesmo assim, os alunos dessa instituição em sua totalidade não se sentem discriminados pelo uso.

Após a visita e a análise dos dados coletados por meio de observação e com as entrevistas, diagnosticou-se que, em ambas as escolas, os professores de L.P. não se utilizam das contribuições da Sociolinguística em suas aulas, tratam as variações da língua como “erro” e “corrigem” os alunos de maneira preconceituosa e constrangedora.

Em ambas as escolas, as professoras não se sentiram muito à vontade com a presença da pesquisadora, e demonstraram incômodo, apesar de concordarem com a pesquisa.

Na escola particular, ocorreu a impressão de que só a partir da presença do pesquisador é que a questão do preconceito e da variação linguística passou a ser discutida em sala de aula. Mesmo assim, os alunos pareceram responder bem às questões colocadas pela professora.

Na escola pública, não pareceu que a professora se preocupasse muito em trabalhar questões de variação com os alunos ou trabalhar as modalidades de uso e os contextos apropriados para o emprego da língua. As aulas centravam-se no estudo das regras feito de maneira altamente prescritiva e, nesse ambiente escolar, tanto os alunos afirmavam não gostar da língua portuguesa, como também a docente alegava-se desestimulada pela reação dos alunos às suas aulas.

Ambas as professoras, a da escola particular e a da escola pública, quando questionadas se utilizam dos pressupostos da Sociolinguística em sua prática docente, afirmam utilizá-los, mas o que constatamos em sala de aula não condiz com a realidade. As duas professoras, cada uma à sua maneira, mostraram-se preconceituosas em relação à variação da língua e pior, mostraram-se contraditórias, pois no questionário respondido, afirmaram utilizar as contribuições dessa ciência para aprimorar suas práticas pedagógicas, porém discriminam os alunos que não utilizam a norma padrão. Percebeu-se clara e nitidamente a contradição dos dados obtidos nas observações com as respostas dadas pelas professoras.

3.2 ASSERÇÕES LEVANTADAS E CONCLUSÕES COM BASE NOS DADOS

Para que a presente pesquisa se fizesse, foram levantadas, em princípio, duas asserções:

1. A se considerar a prática corrente da maioria dos docentes de língua portuguesa já registrada em muitos estudos sobre o tema, os docentes investigados nesta pesquisa devem seguir a regra e não situarem suas práticas com base no que se supõe relevante em termos de variação.
2. Se há algum tipo de evolução, ela deve se mostrar mais presente na escola privada devido ao nível de exigência com o trabalho do professor, dada a pressão de mercado por uma educação de qualidade.

A segunda asserção foi confirmada parcialmente pelos dados. De fato, na escola particular, observou-se uma evolução (ao menos parcial) quanto à questão de como se lida com a variação linguística em sala de aula. Nessa instituição, ainda que tenha sido impulsionada pela presença da pesquisadora em sala, observou-se uma discussão sobre variação, sobre norma padrão e sobre a adequação a contextos reais de uso de uma ou de outra variante da língua.

A primeira asserção foi confirmada de forma cabal. De fato, tanto na escola pública como na privada, o preconceito ainda é uma realidade. Na escola pública isso se mostrou mais intenso, fato que pode estar relacionado com as condições dos alunos oriundos de classes menos privilegiadas e que não tiveram acesso àquilo que se costuma chamar educação de qualidade.

Mesmo na escola particular, com um trabalho relativamente relevante desenvolvido pela professora em sala, notou-se – durante as visitas e observações – uma prática altamente prescritiva, que chegava a ser discriminatória em alguns momentos.

Em face disso, cabe aqui uma reflexão final, pergunta já muito discutida, mas que – dada a gravidade da questão – precisa ser debatida: O que é o ensino de língua? O que deve ser? Como deve ser a prática do docente em sala de aula?

O ensino de Língua Portuguesa deve ser tratado como o trabalho com um sistema marcado por alterações, por variações linguísticas relacionadas

com o aspecto social. Um professor de L.P. precisa, antes de tudo, saber conduzir de maneira clara e eficaz suas aulas, despertando em seus alunos o gosto para compreenderem o funcionamento de sua língua materna, sem que sejam criticados pela maneira como a usam naturalmente. Entende-se ainda que seja papel do docente garantir que seus estudantes saibam utilizar sua língua em suas diversas modalidades quando inseridos em contextos específicos de uso, seja em termos de interação oral, seja em termos de comunicação escrita.

Além disso, há que se considerar o principal elemento nessa situação, o sujeito de todo esse processo que é o aluno. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil), de 2001, propõem uma atuação crítica do aluno diante das variedades linguísticas, de modo que ele seja capaz de desenvolver seu potencial crítico não só em relação à sua língua materna, mas principalmente quanto aos contextos em que ela deve ser empregada em um tipo de variedade ou em outro. É importante, segundo esse ponto de vista, criar o que se chama consciência linguística, bem como trabalhar pelo desenvolvimento do que se entende por competência comunicativa do estudante:

O estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa. (BRASIL, 2001 p. 81)

Como se pode ver, os PCNs já propõem uma visão de usos da língua e vislumbram que o ensino de L.P. seja pautado na consideração da existência e do valor da variação linguística, desconsiderando uma visão de uniformidade hipotética da língua. A maioria dos professores tem tratado o ensino da gramática de maneira prescritiva, propondo uma obediência cega às regras estabelecidas pela gramática normativa, em detrimento do uso, fato que acaba por desmotivar os alunos quanto ao uso de sua língua materna e quanto ao domínio de outras modalidades, que não a que eles já trazem de casa.

Um estudo de Scherre (2005) nos propõe que, para dominar sua língua materna de maneira natural, basta simplesmente que o indivíduo seja um

animal humano e cresça no ambiente de uma comunidade falante. “A aquisição natural não requer ensino formal, apenas exposição ao ambiente linguístico.” (SCHERRE, 2005 p. 88). A autora comenta o enorme preconceito com que as pessoas são tratadas quando o assunto é língua em uso, seja em sala de aula, seja em qualquer ambiente fora dela; a ideia é que, mesmo se sabendo que a unidade linguística é um mito e que a norma padrão representa apenas uma das modalidades de língua disponíveis, o preconceito linguístico (infelizmente) ainda é muito enraizado em nossa sociedade.

O caso é ainda pior quando se trata de os próprios professores de L.P., que se dizem especialistas, criticarem a Língua Materna, menosprezando a variedade linguística de seus falantes. Nesses casos, na visão da autora, temos algo de extrema gravidade, quando muitos estudiosos da linguagem, que se supõem conhecedores do que seja a diversidade linguística, acabam agindo de maneira que a autora chama “forma vergonhosa” em face da diversidade. Além disso, Scherre (2005, p. 95) comenta do grande equívoco que é o de se pretender dar aula de língua materna, quando se está de fato ensinando uma das variedades da língua, que é a norma padrão. Para ela,

o grande conflito é que se ensina gramática normativa afirmando que está se ensinando Língua Materna. E os alunos, ou aprendizes, como são sábios, muitas vezes não gostam de aulas de português; e com completa razão... Seria curioso imaginar se o aluno realmente levasse ao pé da letra o ensino da gramática normativa como ensino de Língua Materna...

A questão que se põe é a seguinte: ensinar a gramática normativa é a função de um professor de L.P., e sua postura em sala de aula é de extrema relevância no processo de ensino/aprendizagem, mas não se pode esquecer de que uma língua natural não é uniforme; portanto, é importante considerar as muitas formas de manifestação da língua e fazer com que os alunos entendam que elas existem e que podem (e devem) ser empregadas em contextos comunicativos específicos (e diversos).

Sobre a questão do ensino da gramática normativa, Possenti (1998 p. 17) afirma que: “o objetivo da escola é ensinar o português padrão”. No exato

momento em que é transmitido ao aluno o conhecimento mais profundo sobre a língua, o professor não tem levado em consideração as variedades linguísticas inerentes ao idioma, contribuindo ainda mais para a manutenção e intensificação do preconceito linguístico. Os alunos estão cada dia mais desmotivados a aprenderem ou sistematizarem o uso da norma padrão; isso pode estar relacionado diretamente ao fato de os professores de Língua Portuguesa não utilizarem como ponto de partida as variantes da língua. Desse modo, o que poderia ser algo intrigante e de caráter analítico passa a representar algo absurdamente enfadonho e desinteressante para o aluno comum. Uma prática docente que visa à sistematização da norma com base na variação, num procedimento em que se proponha adequação do uso ao contexto é o que se deveria esperar das aulas de língua portuguesa.

Além das considerações de Possenti avaliadas anteriormente, Castilho (2001) destaca que, se considerarmos o uso real da língua utilizada na escola, a aceitação da variedade linguística pode ser um veículo para a promoção da inclusão; saber escolher a variedade mais adequada a cada situação de uso proporcionará maior conhecimento por parte dos professores e, conseqüentemente, dos alunos em relação à variação linguística. Ou seja, o professor deve levar em conta o uso real da língua, aquela modalidade com que os alunos se comunicam na maior parte do tempo, pois – partindo dessa modalidade para chegar à formalização da norma padrão – ele poderá atingir seus objetivos de maneira mais efetiva.

Além dessas questões, é importante considerar o que propõe Antunes (2007, apud SANTOS E SOBRINHA & DE MESQUITA FILHO, 2011). Para essa autora, é necessário compreender que as línguas possuem pessoas, falantes, sujeitos ativos. A escola deve mostrar aos alunos as diversas maneiras de adequar a língua aos distintos contextos a que são expostos em sua vida; é preciso explorar a flexibilidade dos padrões linguísticos, mostrando sempre que existe a norma padrão e que ela deve ser empregada em contextos específicos.

Todos nós sabemos que os falantes adquirem uma língua imersos no ambiente em que se desenvolvem; ou seja, a variante de língua que empregam está totalmente condicionada pelo convívio em sociedade. É o que nos revela, Travaglia (2003, p. 41) ao afirmar que

todos sabem que existe um grande número de variedades linguísticas, mas, ao mesmo tempo em que se reconhece a variação linguística como um fato, observa-se que a nossa sociedade tem uma longa tradição em considerar a variação numa escala valorativa, às vezes até moral, que leva a tachar os usos característicos de cada variedade como certos ou errados, aceitáveis ou inaceitáveis, pitorescos, cômicos, etc.

O ponto de vista do autor só ratifica aquilo que já supomos: que a nossa sociedade é puramente preconceituosa, principalmente no que se refere à língua. Considerar a variação linguística como uma “escada” para classificar os “erros” linguísticos cometidos pelos falantes já deveria ser uma prática erradicada. Não se deve julgar alguém simplesmente pela sua fala, a variação linguística vai além disso, deve-se ter um olhar menos preconceituoso e mais amplo no que se refere à língua.

Santos Sobrinha & De Mesquita Filho (2011) propõem que o trabalho da linguagem oral deve estar em consonância com as atividades significativas que são desenvolvidas em sala de aula, pois uma colabora o trabalho da outra, facilitando o aprendizado do aluno. “Em suma, pode-se dizer que o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa na escola são resultados da articulação de três variáveis: o aluno, a língua e o próprio ensino.” (SANTOS SOBRINHA & DE MESQUITA FILHO, 2011 p. 8).

A escola, a sociedade e os professores possuem um papel de extrema importância no que se refere ao ensino da língua, pois devem servir como mediadores no ensino de língua materna, assumindo como principal objetivo a função de encontrar maneiras de se trabalhar em sala de aula a norma padrão, levando em conta as variações linguísticas dos alunos. Para isso, é preciso considerar o que o aluno já sabe sobre a sua língua, para que então ele próprio possa desenvolver novos conhecimentos e aprimorar sua capacidade crítica.

O aluno deve compreender que existem as variedades e a norma padrão, e que o importante é saber quando e onde utilizá-las. Possenti (2013, P. 44) assevera que

aprender a analisar (tanto estruturas de acordo com a norma padrão com a norma quanto as discriminadas) ajuda a entender porque umas não devem ser usadas em certos tipos de texto: não é que estão erradas (a história da língua mostra qual seu lugar); é que não são bem avaliadas. E por isso, dependendo do tipo de texto, devem ser incluídas, como fizeram e fazem os melhores escritores.

Portanto, quando o aluno chega à escola, ele já possui a competência linguística referente à sua língua materna, porém, ele precisa ampliar seus recursos comunicativos e então é a vez da escola, de facilitar a ampliação de tal competência comunicativa dos alunos.

Com isso, não se propõe afirmar que não seja importante trabalhar com a sistematização da norma padrão junto aos alunos. Pelo contrário, a visão apropriada dessa questão prevê que se trabalhe de forma sistemática com a organização dos parâmetros da variante padrão do idioma, que é, em última instância, o papel da escola. A questão que se põe é: esse trabalho tem percorrido os caminhos apropriados?, ou mesmo: uma ação que resulte em discriminação dos indivíduos devido à maneira como eles utilizam a língua materna é a mais apropriada para a sistematização da norma e da escrita? Acredita-se que não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou investigar a questão da interferência/influência dos pressupostos da Sociolinguística na prática docente de professores da terceira série do ensino médio de em escola pública e particular.

Os objetivos iniciais propunham avaliar como os estudos sociolinguísticos contribuem para o ensino de língua portuguesa e verificar como os alunos têm recebido a questão da variação linguística em sala de aula.

Os questionamentos levantados para que se desenvolvesse o presente trabalho foram claramente respondidas através da metodologia aplicada. Percebeu-se que a grande maioria dos docentes tem informação sobre variação e sobre Sociolinguística, porém não utilizam essa informação em sua prática docente. Além disso, apesar de terem recebido orientação em sua formação quanto à questão da não uniformidade de uma língua, esses profissionais tratam as variações como erro e discriminam os alunos que as utilizam. Assim, a constatação é a de que os alunos não têm recebido de maneira esclarecedora e compreensiva a questão da variação linguística.

As asserções de trabalho eram originalmente duas. A primeira sugeria que os professores investigados deveriam seguir a regra de comportamento geral e não atuarem em sala de aula de maneira a dar sinais de que reconhecem a importância da diversidade e respeitam as diferenças em termos de comportamento linguístico. Essa asserção foi totalmente confirmada pela análise dos dados de observação e pelos questionários.

A segunda asserção era a de que, em escolas particulares, devido ao grau de exigência quanto ao trabalho e à atualização do profissional, o trabalho com base em pressupostos da Sociolinguística fosse mais bem estruturado, em detrimento do que ocorre em escolas públicas, cujo trabalho do docente não é monitorado de maneira tão sistemática. Essa asserção foi confirmada parcialmente pelos dados, pois – mesmo desenvolvendo um trabalho de conscientização dos alunos quanto à variação da língua, a professora agia de forma relativamente prescritiva e às vezes preconceituosa.

Assim, foi possível verificar que tanto alunos, quanto professores ainda corroboram a existência do preconceito linguístico, pois eles consideram as

normas gramaticais como a única maneira correta para se utilizar a língua, desvalorizando sua língua materna.

Os pontos debatidos aqui encontram-se, entretanto, em aberto para futuras investigações, por se entender que se trata de questão altamente controversa e muito presente em nossa realidade.

REFERÊNCIAS

ANDRE, Marli Elisa Dalmazo A. de. *Etnografia Da Prática Escolar*. 14ª ed. Campinas: Papirus. 2008.

ANTUNES, I. *Muito além da gramática*. 2007. APUD SANTOS SOBRINHA & DE MESQUITA FILHO. *A variação linguística no ensino de língua materna: o que o professor deve fazer na sala de aula?* 4ª Ed. São Paulo: Revista Anagrama. 2011.

ARAÚJO, S; ARAÚJO, J. *A formação sócio-histórica do Português do Brasil*. Caderno de Letras da UFF: Rio de Janeiro. 2009.

BAGNO, Marcos. *A dupla face do erro gramatical*. Disponível em: <http://www.stellabortoni.com.br> Acesso em: 23 de Março 2013. 1999.

_____, Marcos. *Nada na língua é por acaso*. São Paulo: Parábola Editorial. 2007.

_____, Marcos. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella. *Educação em língua materna – a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial. 2004.

_____, Stella. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial. 2008.

BUNZEN, Clécio & MENDONÇA, Márcia (organização). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial. 2006.

BRASIL, (PCN) *Parâmetros Curriculares Nacionais*. MEC. 3ª ed. Brasília: MEC/SEF. 2001.

CANÇADO, Márcia. *Um estudo sobre a pesquisa etnográfica em sala de aula*. Campinas: Trabalho de Linguística aplicada. 1994.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Editora Contexto 2ª Ed. 2001.

_____, Ataliba T. de. *Nova gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto 1ª Ed. 2010.

FONSECA, João José Silveira da. *Apostila de metodologia da pesquisa científica*. Universidade do Ceará. 2002.

GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo. Editora Loyola. 2003.

GUY, Gregory R. & ZILLES, Ana M. S. *O ensino da língua materna: uma perspectiva sociolinguística*. Calidoscópio. Vol. 4 n. 1 p. 39-50, jan/abr, 2006.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

_____, Antônio. *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura. 1985

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial. 2008.

LUCCHESI, Dante. *Parâmetros Sociolinguísticos do Português Brasileiro*. Bahia: Revista da ABRALIN. 1996.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (organização). *Manual de Linguística*. São Paulo: Editora Contexto. 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto. 4 ed. 2011.

OLIVEIRA, Almir Almeida de. *Observação e entrevista em pesquisa qualitativa*. Revista FACEV. Universidade Federal de Alagoas. Vila Velha. Nº 4 Jan./Jun. 2010.

PICOLLO, C. *Como escrever uma boa redação*. Disponível em: <http://www.foconline.com.br/redacao.php> Acesso em: 24 Maio 2013.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas-SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. (Coleção Leituras no Brasil). 1998.

_____, Sírio. *A língua não é dos falantes*. In: Revista Língua Portuguesa. Nº 89: Editora Segmento. P. 44-45. 2013.

REIS, Paula Cristina; MACHADO, Dinamara Pereira & BARBOSA, Siderly C. D.A. *A Sociolinguística e o ensino da língua materna*. Curitiba-PR: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. 2011.

SALOMÃO, Ana C. B. (2011). *Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da Sociolinguística Variacionista no Brasil*. Fórum Linguístico, Florianópolis. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2011v8n2p187/21673>. Acesso em: 25 Maio 2013.

SANTOS SOBRINHA & DE MESQUITA FILHO. *A variação linguística no ensino de língua materna: o que o professor deve fazer na sala de aula?* 4ª Ed. São Paulo: Revista Anagrama. 2011.

SCHERRE, Marta. *Doa-se lindos filhotes de poodle*. São Paulo: Parábola Editorial. 2005.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9ª Ed. rev. São Paulo: Cortez. 2005. APUD SANTOS SOBRINHA & DE MESQUITA FILHO. *A variação linguística no ensino de língua materna: o que o professor deve fazer na sala de aula?* 4ª Ed. São Paulo: Revista Anagrama. 2011.

VIEIRA, Silvia R. & BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Organização. *Ensino de gramática descrição e uso*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto. 2011.